

O entrelaçamento decolonial-intercultural na Educação Escolar Indígena Brasileira: uma revisão integrativa**The decolonial-intercultural interlace in brazilian indigenous school education: an integrative review**

Anne Karine Alcantara da Silva*
Lorena Lima de Moraes**

RESUMO: A Educação Escolar Indígena (EEI) é um tipo de modelo educacional baseado na afirmação e no resgate da identidade étnica durante o processo de construção do conhecimento nativo. Devido à sua trajetória histórica, marcada por uma forte herança colonial, torna-se necessária a implementação e o asseguramento de um ensino que atenda suas necessidades. Desse modo, o presente artigo objetiva analisar a presença e a concepção da Educação Escolar Indígena, acompanhada dos debates sobre decolonialidade e interculturalidade a partir de uma Revisão Integrativa (RI) de trabalhos publicados no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) entre os anos de 2019 a 2023. Diante do material analisado, é possível afirmar que os estudos sobre o tema ainda são insuficientes, uma vez que foram encontradas apenas 44 produções (artigos, dissertações e teses), dentre as quais algumas não se correlacionaram completamente com a temática, repetiam-se e/ou apresentaram distinções entre descritores para o entendimento das práticas decoloniais-interculturais. Logo, evidencia-se a importância de um estudo que saia do pressuposto eurocêntrico predominante nos saberes trabalhados nas escolas. Por fim, espera-se que este artigo possa colaborar no campo da escolarização indígena, contribuindo para a construção de procedimentos didáticos-metodológicos representativos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar Indígena. Revisão Integrativa. Brasil. Decolonialidade. Interculturalidade.

ABSTRACT: Indigenous School Education is a type of educational model based on the affirmation and recovery of ethnic identity during the process of building native knowledge. Due to its historical trajectory, marked by a strong colonial heritage, it is necessary to implement and ensure education that meets its needs. Thus, this article aims to analyze the presence and conception of Indigenous School Education, accompanied by debates on decoloniality and interculturality based on an Integrative Review (IR) of works published in Capes Periodicals Portal and in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) between the years 2019 to 2023. Given the material analyzed, it is possible to state that studies on the topic are still insufficient, since only 44 productions were found (articles, dissertations and theses), some of which did not completely correlate with the theme, were repeated and/or presented distinctions between descriptors for understanding decolonial-intercultural practices. Therefore, the importance of a study that moves away from the predominant Eurocentric assumptions in the knowledge addressed in schools is evident. Finally, it is hoped that this article can collaborate in the field of indigenous schooling, contributing to the construction of representative didactic-methodological procedures.

KEYWORDS: Indigenous School Education. Integrative Review. Brazil. Decoloniality. Interculturality.

* Mestranda pelo de Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-DCH III). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1607-7641>. E-mail: karinyanne@hotmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais. Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE- UAST) e do PPGESA (UNEB-DCH III). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8656-2412>. E-mail: llmoraes@uneb.br.

1 Introdução

Segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI, 2023), os dados decenais coletados em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o Brasil abriga 1.693.535 indígenas, o equivalente a 0,83% da população nacional. Embora represente um aumento significativo em relação aos censos anteriores como o de 2010, por exemplo, que contabilizou menos de 1 milhão de habitantes identificados e autodeclarados, o número é ainda consideravelmente subnotificado e marcado por uma herança colonial de violações, aculturações, desterritorializações e extermínios, fenômenos que precisam ser discutidos, sobretudo no que tange às intervenções das identidades étnicas e a participação do sistema colonizador na formação histórica das trajetórias no interior do campo educacional.

Nessa perspectiva, surge então a necessidade de se discutir as transformações educativas dos/para os povos originários, partindo do papel catequizador jesuítico na esfera da exploração, e a submissão dos sujeitos até as atuais medidas aprovadas pelos dispositivos legais que visam a ruptura dessa influência dominante na construção dos saberes.

Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena (EEI), conceituada como uma proposta educacional interventiva que visa a garantia e a aplicabilidade de um ensino pautado na conservação de aspectos culturais, sociais, territoriais e identitários dos povos originários, busca apresentar também determinados impasses na sua prática e consolidação, sobretudo, devido à forte concepção baseada nas estruturas coloniais da formação dos sistemas educativos do país. Sendo assim, a EEI deve buscar a superação de estigmas enraizados pelas relações de poder eurocêntricas, responsáveis por desacreditar os saberes nativos e o exercício de relações democráticas entre culturas distintas, cadenciando, respectivamente, a decolonialidade e a interculturalidade.

A partir dessa perspectiva e refletindo tais direcionamentos sob o ponto de vista da criação científica, este artigo busca solucionar a seguinte pergunta: a partir do método de Revisão Integrativa (RI), como a produção acadêmica aborda a questão da Educação Escolar Indígena à luz do entrelaçamento entre a decolonialidade e a interculturalidade?

Para solucioná-la, essa pesquisa, de caráter qualitativo, buscou investigar a relação entre o tema e as produções científicas nos últimos cinco anos (2019 a 2023) por meio de levantamentos realizados no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a partir da busca de termos como “Educação Escolar Indígena”, “Decolonialidade” e “Interculturalidade” que abrangessem diferentes tipos de literatura (artigos, dissertações e teses). Como mencionado, a metodologia para esta pesquisa foi a

Revisão Integrativa (RI), composta de etapas pré-estabelecidas com esboços detalhados em organogramas, quadros categorizados e análises da temática.

2 Pressupostos teóricos

2.1 Conceitos para a Educação Escolar Indígena: da colonialidade à decolonialidade

No interior das narrativas históricas sobre as conquistas de grandes dominadores e a expansão das glórias europeias no solo brasileiro persistem inúmeras fissuras que abrigam casos de subjugação humana, usurpação de territórios e invisibilidade sociocultural autóctone. Assim, os esforços e a resistência dos povos nativos, bem como as medidas institucionais legais, estabelecem entre si articulações com o objetivo de transformar esse cenário e garantir direitos básicos, voz ativa e o resgate identitário dos povos indígenas. Esse cenário, evidencia, também, a existência de um apagamento étnico baseado no pensamento hegemônico europeu e na historiografia colonialista.

Segundo Mesgravis (1998), as representações da população indígena presentes em algumas fontes do período colonial se utilizam de estereótipos negativos e encaram questões socioculturais como uma praga daninha que precisa ser exterminada. Tal processo se trata de um interesse estabelecido nas relações sociais de poder que busca a manutenção de estigmas sobre os nativos com o intuito de mantê-los à mercê da subalternidade, conforme afirma Oliveira (2012, p.18) ao relatar que determinado fenômeno “[...] tem a ver com múltiplas estratégias de deliberadamente ignorar e omitir o fato de os indígenas serem atores sociais plenos”. Esse modelo de reprodução de pensamentos continua permanente nas discussões pós-coloniais e por conta disso, precisa ser aparado, sobretudo no meio educacional.

Partindo desse pressuposto, surge a proposta da Educação Escolar Indígena (EEI), visando a institucionalização do direito e respeito às especificidades das comunidades e identidades culturais, trazendo consigo a tentativa de resgate e ressignificação das relações sociais desses povos e suas trajetórias históricas; pois, como destaca Luciano (2019), trata-se de um processo educacional que busca promover a transformação da sociedade de modo contextual e significativo, marcado pelo enfrentamento do percurso colonialista, civilizatório e evangelizador.

Segundo Medeiros (2018), a trajetória educativa no Brasil é marcada por dois processos: um anterior e um posterior ao processo de aculturação dos nativos. Isso significa dizer que, após

esse processo, grande parte das características étnicas, culturais e sociais de populações nativas estiveram suscetíveis ao desaparecimento devido à mudança de hábitos impostos.

Em seu livro *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*, Daniel Munduruku destaca como essa frente aniquiladora estava atrelada à educação, relatando que esses movimentos contra as comunidades indígenas foram amparados legalmente, munindo-se de um modelo de educação baseada na não-existência dos seus, massacrando assim suas raízes.

A catequese e a educação ministradas aos povos indígenas significaram, na verdade, o emprego de outro tipo de violência contra esses povos, configurada pela imposição de valores sociais, morais e religiosos, acarretando a desintegração e a consequente destruição de incontáveis sociedades indígenas, o que caracteriza o etnocídio [...] (Munduruku, 2012, p. 29).

Esses fenômenos foram conceituados por Pierre Clastres (2004) não como uma destruição física dos sujeitos (como no genocídio), mas como uma destruição de sua cultura, com ocorrência sistemática nos modos de vida e nos pensamentos de povos distintos aos que empreendem a destruição, perpetuando assim a homogeneização cultural via poder simbólico. A esse respeito, Pierre Bourdieu (1989) afirma que, em vez de unir, o poder simbólico é responsável por legitimar as distinções, designando como subcultura aquelas práticas distantes dos grupos dominantes.

Nessa discussão, alguns conceitos se destacam, como o de colonialidade. Para Mignolo (2016), ela sustenta uma matriz em diferentes âmbitos, passando por etapas sucessivas e cumulativas que foram apresentadas positivamente na retórica da modernidade com fortes ideais de salvação, progresso, desenvolvimento, modernização e democracia. Isso é, funciona como um atravessamento da herança pós-colonial que aglutina relações de dependência defendidas por uma visão de superioridade cultural que exclui, em si, “[...] as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade.” (Quijano, 2005, p. 111). Ademais, outro conceito importante para ir contra aos discursos eurocêntricos apresentados é o de pensamento decolonial/decolonialidade, que consiste no ato de:

desvincular-se das dicotomias impostas articuladas no Ocidente, isto é, o conhecedor e o conhecido, o sujeito e o objeto, teoria e práxis. Isso significa que o pensamento decolonial existe na exterioridade, o exterior inventado por e a partir de dentro, para construir-se como dentro (Mignolo, 2019, p.8).

Essa perspectiva decolonial busca potencializar a reflexão crítica acerca da unilateralidade cultural imposta, provocando o desmembramento das relações de poder em diferentes instâncias sociais. No que rege a formação da proposta educativa, ela age pedagogicamente como um tipo de “[...] processo dialógico de problematização e transformação das relações socioculturais desiguais e injustas, apresenta-se como um instrumento de luta política dos grupos sociais e étnicos subalternizados ou excluídos no processo de colonização.” (Fleuri, 2017, p.291). Ou seja, elenca um pressuposto de reflexão a respeito da organização das sociedades nativas pós-modernas de um modo contra hegemônico.

Portanto, desmistificar as construções históricas sobre o período, é possibilitar o resgate de saberes e de conhecimentos originários, compartilhando um modelo de ensino sustentado na ótica da emancipação humana, da equidade e da valorização da memória cultural.

2.2 A Educação Escolar Indígena na perspectiva legal: Caminhos para a interculturalidade

A Educação Escolar Indígena (EEI) em território brasileiro consolidou-se por meio de uma conjuntura histórica de resistências e de reivindicações por parte das comunidades indígenas que, em sua fundamentação, almejaram a efetivação de medidas educacionais que assegurassem a construção de um ensino-aprendizagem que atendam às suas necessidades espaciais, culturais, autônomas e coletivas.

Sobre isso, encontra-se na *Legislação Educacional Indígena* (Grupioni *et.al*, 2002) relatos sobre algumas mudanças estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Dentre elas, destaca-se o fato que a união passa a não mais se responsabilizar pela tarefa de incorporar os indígenas à comunhão nacional como antigamente. Após essa alteração, essa instância política passa a legislar e protegê-los. Ademais, do ponto de vista territorial, os dispositivos legais passaram a garantir o usufruto do solo físico e social do país por parte dos autóctones, destacando assim a necessidade da sua preservação ambiental, cultural e simbólica.

É importante ainda ressaltar que essas áreas também se tornaram partes da infraestrutura educacional indígena brasileira, uma vez que determinados espaços aldeados foram destinados à construção de instituições escolares nativas que mesclavam a abordagem educacional prevista nos currículos nacionais e as realidades sociais existentes em cada contexto étnico, tornando-se um espaço colaborativo e pedagógico para “[...] a valorização das línguas, dos saberes e das tradições [...]” (Grupioni *et.al*, 2002, p.132).

Segundo Grupioni (2002), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo nº 9.394/96 define a escolarização dos povos indígenas em dois momentos: 1) no art. 32 do Ensino Fundamental, quando é estabelecido o ensino da Língua Portuguesa, assegurando às comunidades indígenas a utilização de seus dialetos e aprendizagens maternas; 2) na menção ao Ato das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição de 1988, que reitera a oferta de uma educação bilíngue e intercultural de fortalecimento das práticas socioculturais como dever do Estado. Nesse viés, a LDB aponta que os espaços educativos, sobretudo institucionais, devem proporcionar a recuperação de memórias históricas, a reafirmação de identidades e o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade nacional, implementando

a articulação dos sistemas de ensino para a elaboração de programas integrados de ensino e pesquisa, que contem com a participação das comunidades indígenas em sua formulação e tenham como objetivo desenvolver currículos específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades (Grupioni *et.al*, 2002, p. 132).

Para além disso, destaca-se também o Planejamento Intergovernamental da Educação Escolar Indígena (PNEEI), que desde o ano de 2020 objetiva implementar as demandas de gestão e de regimentos, buscando também organizar a EEI em cooperação com os próprios povos originários, suas territorialidades e etnias. Ademais, preza também pela formação de professores para atuar nesse modelo educacional, a aplicação de currículos com conteúdos culturais, o fornecimento, a criação de materiais didáticos, o fortalecimento das identidades e garantia de autonomia.

Essas ações são apontadas com o propósito de reparar os vestígios coloniais na historiografia originária, enfatizando também a importância da convivência entre os diferentes grupos de uma sociedade, que podem ocorrer por meio de relações negativas ou positivas. De acordo com Albó (2005), essa interação é negativa quando leva a destruição, diminuição ou assimilação daquilo que é culturalmente diferente, e positiva quando respeita o culturalmente distinto, enriquecendo-se de modo intercambiado.

Denominado assim de interculturalidade, o percurso supracitado requer uma ação transformadora nos sistemas de pensamento, não se limitando a algo que busca a “[...] simples tolerância daquilo que é culturalmente diverso” (Albó, 2005, p. 48), mas visando a promoção de políticas interacionais entre os grupos étnicos. Como aprofundam Candau (2012) e Walsh (2019), essa proposta deve pautar pela construção de identidades abertas, plurais e dinâmicas que questionem a visão essencializada de sua constituição a partir da estimulação autônoma e do estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes atores socioculturais.

Pressupondo a viabilização de mudanças nas organizações sociais, políticas e culturais do Brasil, esse conceito intercultural adquire diferentes configurações. Candau (2012) explica que sua implementação está relacionada especificamente com as estruturas históricas e político-culturais de cada realidade, buscando manter um viés identitário que se conecta com uma relação de formação saudável e reflexiva, intencionando assim, “[...] sustentar a relação crítica e solidária entre elas” (Fleuri, 2001, p. 4).

Sobre o tema da educação escolar intercultural no interior do cenário nacional da atualidade, Luciano (2019) ressalta sua importância por empoderar os (as) estudantes contra a desigualdade, destituindo a hierarquização intra/extra entre escola e aldeia, fugindo de idealizações e de ideais salvacionista que ignoram as relações coletivas e individuais dos sujeitos, suas complexidades e conflitos sociais, econômicos, raciais e epistemológicos, que operam na demanda político-pedagógica.

Sabendo, portanto, que tal pilar colonizador sempre esteve atrelado à criação dos centros educativos, e que desde o início estiveram imbuídos de um caráter reprodutor e eurocêntrico, cabe à escola “[...] orientar e formar sujeitos individuais conscientemente orgânicos e corresponsáveis pelo bem viver de todos, que só será alcançado com a superação da cultura colonial destruidora, dominadora, negadora e excludente.” (Luciano, 2019, p. 64).

É por esses motivos que compreender os princípios da decolonialidade e da interculturalidade torna-se indispensável no entendimento e saneamento das problemáticas enfrentadas pela Educação Escolar Indígena do Brasil. Pois, mais do que conceitos teóricos em estudos recorrentes e atuais, esses fundamentos reescrevem o que fora historicamente conturbado e omitido, oportunizando um conhecimento que expande horizontes para a construção de uma sociedade para a formação humana e cultural.

3 Metodologia

A Revisão Integrativa (RI) é um tipo de revisão de literatura que agrega resultados ampliados de investigação referentes a um determinado tema, e por isso “[...] tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente” (Ercole *et.al*, 2014, p. 9), além de traçar percursos bibliográficos realizados diante das indagações necessárias na elaboração de uma pesquisa científica.

Ercole (*et.al*, 2014) acredita que para alcançar o objetivo do método, são necessárias 6 (seis) etapas distintas: 1) identificação do tema ou questão de pesquisa; 2) estabelecimento de

critérios para inclusão e exclusão; 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação dos resultados; e 6) apresentação da síntese do conhecimento. Nesse estudo, indica-se ainda que, por meio da Revisão Integrativa, é possível direcionar definições de conceitos, revisão de teorias e análises metodológicas, ou seja, por meio desse método, uma série de perspectivas fundamentais podem ser englobadas para a expansão da pesquisa.

Para este estudo, a RI foi realizada a partir do mapeamento de produções que circundam o tema da pesquisa entre os anos de 2019 a 2023; já que o objetivo era considerar as publicações mais recentes (entre artigos, dissertações e teses) disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), considerando os descritores: “Educação Escolar Indígena”, “Decolonialidade” e “Interculturalidade”. A partir do entendimento de que essas perspectivas precisam estar em consonância e indissociáveis na construção do conhecimento.

Considerando tais informações, o artigo utiliza-se de coletas estruturadas em organogramas e quadros para sistematizar essa inter-relação de modo conciso. Já o *corpus* da pesquisa fundamentada e recolhida foi previamente estabelecido de acordo com as abordagens e discussões teóricas sobre o tema. As análises dos textos selecionados seguem um padrão estabelecido: título, objetivo(s), metodologia e resultados de pesquisa, compreendidos por meio de uma síntese de conhecimentos que sistematizam as concepções do ponto de vista decolonial-intercultural do ambiente nativo.

A natureza desta produção é de abordagem qualitativa, pois, almeja conhecer e articular como estão consolidados, na trajetória da produção de uma pesquisa, o seu “[...] estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões produtos das interpretações que os humanos fazem [...]” (Minayo, 2014, p.57), algo que precisa de etapas com linearidade para um construto acolhedor de ideias.

Como critérios de exclusão, foram retiradas da análise artigos, dissertações e teses dos últimos 5 (cinco) anos que não estivessem em Língua Portuguesa e que os conceitos buscados (decolonialidade e interculturalidade) estivessem fora do contexto escolar das comunidades indígenas e, posteriormente incluídos, os que obedecessem a esse padrão com os conceitos a serem trabalhados em plena articulação.

4 Análises e Resultados

No portal de Periódicos da Capes foram encontrados no recorte entre os anos de 2019-2023 apenas 6 artigos que obedeciam aos descritores selecionados, dos quais 3 correspondem ao mesmo, indicando que há uma repetição no sistema da plataforma. Desses, apenas 2 contemplam os requisitos de inclusão/exclusão, de idioma e de descritores, como mostrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Descritores: Educação Escolar Indígena + Decolonialidade + Interculturalidade – (Plataforma Capes)

Autores/as	Título	Ano	Literatura
NAZARENO, Elias; MAGALHÃES, Sônia Maria e FREITAS, Marco Túlio Urzeda.	Interculturalidade Crítica, Transdisciplinaridade e Decolonialidade na Formação de Professores Indígenas do Povo Berò Biawa Mahadu/Javaé: Análise de Práticas Pedagógicas Contextualizadas em um Curso de Educação Intercultural Indígena.	2019	Artigo
PELLEGRINI, Diana de Paula; GHANEM, Elie e NETO, Antônio Fernando Góes	O Brasil Respeita o Direito dos Povos Indígenas à Educação Superior? Demanda, oferta e ensaios alternativos em São Gabriel da Cachoeira/AM	2021	Artigo

Fonte: elaborado pelas autoras

O artigo intitulado *Interculturalidade Crítica, Transdisciplinaridade e Decolonialidade na Formação de Professores Indígenas do Povo Berò Biawa Mahadu/Javaé: Análise de Práticas Pedagógicas Contextualizadas em um Curso de Educação Intercultural Indígena* tem como objetivo investigar as possibilidades de afirmação e emergência dos conhecimentos indígenas através do uso de práticas da etnia Javaé. Esse processo foi acompanhado ao longo de um estágio realizado no Curso de Educação Intercultural Indígena (CEEI) da Universidade Federal de Goiás (UFG), que se utilizou de um suporte metodológico de estudo qualitativo, com pesquisa decolonial, referenciais teóricos contextualizados, aplicação de planos de aula e a partir das experiências relatadas pelos autores do artigo enquanto docentes estagiários do curso.

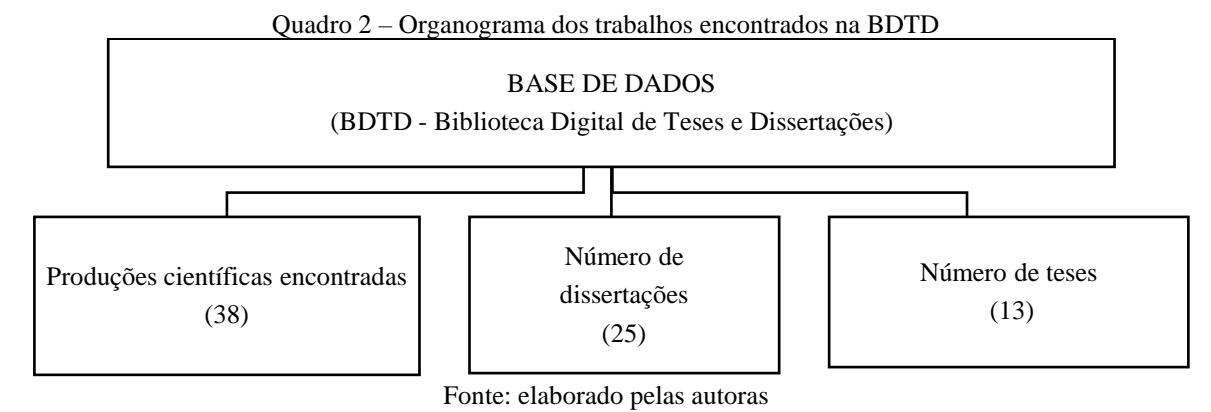
Por meio dos relatos dos discentes e professores, a pesquisa evidenciou que a colonialidade possui uma raiz ainda profunda na organização do ensino. Por isso, urge a necessidade do uso da interculturalidade crítica como prática capaz de minimizar desigualdades sociais, assim como a interculturalidade epistêmica, com o propósito de reduzir as distinções entre os conhecimentos ocidentais e indígenas. Por fim, através dessas propostas interacionais, é possível que os docentes construam uma formulação didática representativa, destacando assim quais são as práticas essenciais para os seus contextos, tanto dentro do ambiente escolar quanto fora.

Paralelamente, o artigo denominado *O Brasil Respeita o Direito dos Povos Indígenas à Educação Superior? Demanda, oferta e ensaios alternativos em São Gabriel da Cachoeira/AM* norteia-se por um problema gerador que busca responder se as experiências contemporâneas dos indígenas brasileiros na educação escolar superam o caráter colonialista historicamente imposto. Para tal, a pesquisa realiza um trabalho de campo em universidades amazonenses com enfoque exploratório, além de realizar levantamentos documentais sobre o acesso e a consolidação da educação superior entre estudantes indígenas do território de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Após a análise, algumas lacunas foram perceptíveis pois, apesar da legitimação estatal, os cursos operam em locais de forma insuficiente, não possuem financiamento estável, registram ausência de capacitação intercultural para professores, além de permanecerem sob a responsabilidade de editais públicos pontuais devido às oscilações políticas altamente neoliberais. Assim, vivem institucionalmente à mercê das lutas contínuas de alunos e de funcionários. Nesse sentido, busca-se a profissionalização desses indivíduos, pois o ensino superior “[...] não é apenas um direito, é também uma necessidade e um desejo [...]” (Luciano, 2019, p.68).

Os artigos científicos citados transitam pela abordagem da Educação Escolar Indígena que perpassa pela decolonialidade e pela interculturalidade, onde -, de acordo Luciano (2006) - referem-se a algo que é apropriado para os povos e provocam a abertura de conhecimentos universais, focando precisamente em acesso, permanência e formação de estudantes nativos.

Ambas as perspetivações evidenciam a existência de *déficits* reais, epistemológicos, científicos e organizacionais causados pelo discurso colonial nos sistemas de ensino para os povos originários, apontando também que existem benefícios consequentes do aprofundamento intercultural enquanto princípio de convivência democrática e coletiva, além de completar os prejuízos que a sua ausência causa no processo de ensino-aprendizagem. Em contrapartida, existem também produções científicas sobre a Educação Escolar Indígena decolonial e intercultural entre os anos de 2019 a 2023 na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que serão amplamente distribuídas e exemplificadas no organograma a seguir.



Os descritores escolhidos foram apresentados de formas variadas em algumas discussões, traçando, por exemplo, percursos pela decolonialidade/interculturalidade e a educação indígena em contextos não-escolares.

Respeitando os critérios optados, foram selecionadas apenas 9 (nove) produções com pesquisas escritas em Língua Portuguesa que utilizassem os três termos em conjunto. Àquelas que apresentassem a temática com diferentes denominações, como: “Educação intercultural”, “Educação decolonial” e “Escolarização indígena” também foram analisados pois atenderam ao pressuposto buscado e os resultados mantiveram-se inalterados. Nesse sentido, as características supracitadas deveriam estar contempladas nos seus títulos (o que indica haver um aprofundamento da discussão), no conteúdo textual (apontando destaque e entrelaçamento dos temas na pesquisa) e que fossem em contextos escolares nas comunidades indígenas (abordando o *lócus*), adequando-se, então, a intencionalidade desta pesquisa.

No Quadro 3, a seguir, apresentamos os trabalhos destacando os autores, os títulos, o ano de publicação e o tipo de literatura encontrados. Para tanto, utilizamos na seleção a ordem cronológica crescente: 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Esse recorte temporal propõe agregar a produção mais recente e a presença da sua relevância nos últimos 5 anos, realizando a leitura de seus respectivos resumos, objetivos, metodologias e conteúdos discursivos.

Quadro 3 – Descritores: Educação Escolar Indígena + Decolonialidade + Interculturalidade – (BDTD)

Autor/a	Título	Ano	Literatura
FLORÊNCIO, Roberto Remígio	Educação indígena e intercultural nas aldeias do Opará: uma sociedade de sujeitos silenciados	2022	Tese
JESUS, Yasmin Lima	Potencialidades e desafios ao ensino de ciências em uma escola indígena kurâ-bakairi a partir da pesca com o timbó: perspectivas intercultural e decolonial	2019	Dissertação
LIZ, Marcela	SABERES INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: Reflexões sobre a experiência dos Educadores Indígenas Guarani da escola E.E.B.I. Wherá Tupã Poty Djá	2022	Dissertação

OLIVEIRA, André Luis de Freitas	Educação Física e Currículo: possibilidades de (re)significação da cultura corporal do povo Originário Potiguara-PB	2019	Dissertação
OLIVEIRA, Maria Aparecida Mendes	Educação Física e Currículo: possibilidades de (re)significação da cultura corporal do povo Originário Potiguara-PB	2020	Tese
SANTOS, Pedro Lôbo	Nhande reko mbo’e: busca de diálogos entre diferentes sistemas de conhecimentos no contexto das práticas de professores de matemática Guarani e Kaiowá	2021	Dissertação
SILVA, Ismael Pereira	Morombo’esara Nhebo’e: O Aprender e o Ensinar do Professor Indígena Potiguara na Baía da Traição/Paraíba	2022	Dissertação
SKOLAUDE, Lucas Silva	“Educação Física não é só isso, é muito mais”: uma etnografia em uma Escola Estadual Indígena Kaingang de Porto Alegre/RS	2019	Dissertação
PEJÃO, Rafael da Silva Tosetti	A interculturalidade em um projeto com crianças da Tekoa Pyau: Multiletramento Engajado como prática insurgente	2023	Dissertação

Fonte: elaborado pelas autoras mediante pesquisa na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD (2024)

No Quadro acima, podemos observar que três desses trabalhos trouxeram a palavra “intercultural” já nos títulos, à medida que foi observado o termo “decolonial” em apenas um, ou seja, apesar da pouca presença na designação, a escolha foi ocasionada pela solidez dos termos no desenvolvimento dessas pesquisas. A palavra “indígena(s)”, especificamente, foi encontrada em 6 (seis) títulos, visualizados em correlação com os professores e/ou com o modelo educacional em estudo. Quando não apresentavam essa nomeação, os títulos indicaram alguma conexão com os povos através do uso de palavras na língua nativa que carregaram alguma referência à nominação da sua aldeia/comunidade vivente. Considerando a área de conhecimento dos trabalhos foram encontrados: 1 (um) nas áreas de Linguagem, Ciências, Matemática e História respectivamente, 2 (dois) em Educação Física e 3 (três) no contexto educacional em geral.

O Quadro 3 é composto de duas teses de doutoramento. A primeira, denominada *Educação indígena e intercultural nas aldeias do Opará: uma sociedade de sujeitos silenciados*, busca analisar os aspectos culturais e educacionais indígenas no sertão pernambucano. Transitando entre a abordagem da educação decolonial e um aporte teórico-analítico sobre as línguas autóctones, a tese apresenta uma pesquisa etnográfica, com análise documental, revisão sistemática qualitativa e bibliográfica e Análise do Discurso (AD).

O autor abordou em seus resultados a consolidação da Educação Escolar Indígena nas aldeias pesquisadas de modo intercultural, onde a língua nativa não é considerada algo que foi perdida devido à herança colonial, mas que resiste no inconsciente coletivo como um patrimônio imaterial cultural. Dessarte, ainda relata o surgimento de ideias produzidas pelos

próprios indígenas que estudam seus povos e suas linguagens, elaborando materiais didático-científicos e visando a descolonização e a ressignificação.

A segunda tese selecionada, intitulada *Nhande reko mbo'e: busca de diálogos entre diferentes sistemas de conhecimentos no contexto das práticas de professores de matemática Guarani e Kaiowá*, tem como objetivo compreender as maneiras distintas que os professores indígenas Kaiowá e Guarani, formados em matemática, relacionam conhecimentos indígenas e não-indígenas através das práticas pedagógicas na escola nativa. O trabalho é uma pesquisa de campo com etapas pré-estabelecidas (na formação inicial, em momentos da formação continuada e em diálogos com docentes indígenas formados que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental). Sobre seus resultados, destaca-se o uso da Etnomatemática e da Interculturalidade na sala de aula como responsáveis por traduzir modos de pensar decoloniais, mesmo quando não visivelmente explícitos, uma vez que, os educadores criam e aplicam modos de ensino diferenciados e bilíngues que subvertem o modelo eurocêntrico vigente.

Além de serem as únicas pesquisas de doutorado encontradas dentro do recorte proposto, as teses acima possuem outras convergências pois transcorrem pela atuação dos professores em seus territórios com propostas didáticas decoloniais-interculturais capazes de suprirem as necessidades educacionais indígenas; encarregam-se da questão linguística como parte da formação dos povos que precisa ser trabalhada nos ambientes de ensino e apresentam, apesar da influência do poderio colonial construído, como a resistência indígena se organiza para uma educação protagonista e transformadora que valoriza sujeitos e vivências.

Segundo Grosfoguel (2018), há algo que transcende valores e promessas da modernidade, agindo como um projeto em que novas relações estão presentes nas linhas de poder. Ademais, assim como as teses situadas acima, alguns trabalhos de conclusão de mestrado (dissertações), que serão posteriormente destrinchados, também se encontram inseridos no contexto educativos indígena, no percurso colonial-decolonial e nas relações sociais interculturais, sendo a primeira, uma pesquisa concernente a adequação e a capacitação docente.

Desse modo, denominada de *Morombo'esara Nhebo'e: O Aprender e o Ensinar do Professor Indígena Potiguara na Baía da Traição/Paraíba*, a pesquisa primordial desta análise, observa a formação oferecida aos professores/as indígenas e sua contribuição para o Povo Potiguara da Aldeia São Francisco, em Baía de Traição (PB), através de experiências vividas na Escola Estadual Indígena Pedro Poti. Esse trabalho ancora-se, de forma metodológica, em uma pesquisa qualitativa, com análise documental e de conteúdo. Nessa análise, foi verificada a existência de um protagonismo coletivo dos educadores, apesar da falta de formação específica inicial e continuada, da forte herança colonial e da constante opressão latifundiária

na região. Aqui, buscaram formular e aplicar novas propostas curriculares com destaque cultural nas escolas da aldeia, potencializando os processos de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, Luciano (2019) afirma que é primordial uma formação de educadores em licenciaturas com foco permanente na educação para indígenas, para que se concretize um suporte administrativo, financeiro e pedagógico essencial. Quando não efetivada, essa institucionalização passa a ser marcada por condições precárias de trabalho e de atendimento irregular à estudantes nativos.

Ainda sobre a educação decolonial, intercultural e de modo gnosiológico, as produções *Educação Física e Currículo: possibilidades de (re)significação da cultura corporal do povo Originário Potiguara-PB* e *Educação Física não é só isso, é muito mais: uma etnografia em uma Escola Estadual Indígena Kaingang de Porto Alegre/RS* retrataram as aulas de Educação Física como importantes para a preservação da cultura e da identidade nativa.

Na primeira, o objetivo geral é oferecer possibilidades para a ressignificação da cultura corporal indígena no cotidiano escolar da Educação Física a partir do uso de uma abordagem etnográfica em uma escola indígena Potiguara do Estado da Paraíba. Essa pesquisa foi desenvolvida em um curso de mestrado profissional, o que tornou obrigatória a elaboração e a aplicação de um produto final que, nesse caso, trata-se de uma Sequência Didática Interativa (SDI), para alunos do 6º ano, que objetivou a aproximação dos discentes com as experiências narradas pelos anciãos a respeito da ludicidade local nas suas infâncias, seguida da síntese de seus relatos individuais. Além disso, ocorreram atividades de pintura corporal, oficinas de artesanato para criação de ornamentos de corpo e apresentações de danças indígenas (como o Toré). Essas atividades foram realizadas com o propósito de resgatar a ancestralidade a partir da participação positiva do corpo escolar e da comunidade.

A segunda dissertação buscou investigar os aspectos simbólicos do ensino de Educação Física no âmbito de uma escola indígena intercultural do povo Kaingang, em Porto Alegre. Essa produção etnográfica de campo foi marcada por duas categorias: “Condições Materiais e Sociais da Educação Escolar Indígena Kaingang” e “Educação Física Escolar Indígena Kaingang e a Colonialidade”, com análise documental e triangulação de informações. Desse modo, o autor percebeu que a instituição da pesquisa passa por processos de invisibilidade em virtude de ausência material e infraestrutural que prejudica a prática educativa, o quadro de professores insuficientes e, em sua maioria, brancos, atrasos de salários, e, na linha da perspectiva do estudo, as aulas de Educação Física são amparadas por jogos esportivos e de tabuleiros que obedecem a lógica capitalista em uma relação de “vencedores e perdedores”.

É interessante pensar que apesar de tamanha similaridade no conceito do componente curricular, as pesquisas se enveredam para realidades bem distintas, em que a Educação Física exerce um papel decolonizador que valoriza a cultura e a cooperação indígena a partir de uma configuração hegemônica que se baseia na competitividade costumeiramente reforçada pelo capitalismo. No sentido geral, é imprescindível saber que a desnaturalização de “[...] processos de colonialidade constitui um desafio fundamental para o desenvolvimento da educação intercultural crítica e decolonial” (Candau, 2020, p.681), por isso, reconhecer a ausência dessa representatividade nativa no contexto educacional é o primeiro passo para a revitalização desses espaços.

Além dos estudos supracitados, há pesquisas que seguem a conjuntura dos descritores e das áreas de conhecimento como as dissertações: 1) *Potencialidades e desafios ao ensino de ciências em uma escola indígena kurâ-bakairi a partir da pesca com o timbó: perspectivas intercultural e decolonial* (Ciências); 2) *Saberes indígenas no ensino de história: reflexões sobre a experiência dos Educadores Indígenas Guarani da escola E.E.B.I. Wherá Tupã Poty Djá* (História) e; 3) *A interculturalidade em um projeto com crianças da Tekoa Pyau: Multiletramento Engajado como prática insurgente* (Linguagem).

O primeiro trabalho buscou compreender como a pesca com o timbó se constitui como temática de Ciências da Natureza em uma escola indígena, apontando seus desafios e suas potencialidades a partir da interculturalidade e da decolonialidade. Para isso, construiu-se uma pesquisa descritiva, etnográfica, delimitada em dois sujeitos (um professor de Ciências Kurâ-Bakairi e um representante dessa comunidade), através da análise documental e da Análise do Discurso (AD). Além disso, esse trabalho entende que o diálogo entre escola-família-comunidade é essencial para a construção de novos saberes.

Ademais, foi percebido que os educadores buscaram mudar sua *práxis* mesmo diante da falta de um material didático específico para nativos. Nessa situação, ressignificaram suas ações a partir dos estudos relacionados à atividade cultural de pesca com o uso do timbó durante as aulas de Ciências pois, além de explicar a dinâmica do ecossistema do ambiente, o processo é parte histórica da comunidade.

A segunda dissertação procurou identificar quais estratégias, metodologias e concepções de ensino permeiam as aulas de história de uma escola indígena Guarani Nhandeva, tendo como fonte, os conhecimentos dos docentes nativos através de entrevistas, observação e trabalho de campo junto aos educadores indígenas a respeito das suas práticas no ensino de História e a relação do povo Guarani com sua própria memória histórica.

Essa pesquisa, produto do mestrado profissional, prezou pela elaboração de um *E-book* como produto final, no qual foi relatado o funcionamento das aulas do componente curricular em estudo na aldeia, apresentando seus atravessamentos pedagógicos. Concluindo, a autora aborda que há um longo caminho a ser percorrido do ponto de vista da EEI dentro e fora daquela aldeia, mas visualizou que o ensino de História para os Guarani não se limita a sala física, mas é parte da rotina, por meio das histórias dos mais velhos, do plantio e colheita, na história das casas de reza, no artesanato, dentre outros. Essa conclusão evidenciou que, nessa comunidade, a valorização cultural no processo de ensino-aprendizagem é um movimento de práticas diárias.

Por fim, dentre os trabalhos situados na perspectiva disciplinar, a terceira dissertação investigou a construção da parceria entre indígenas Tekoa Pyau e pesquisadores do grupo Linguagem em Atividade no Contexto Escolar (LACE) baseado no conceito do Multiletramento Engajado – ME (aprofundamento engajado para a transformação da realidade vivida) que intuiu elaborar o projeto Cineclube na Aldeia em um Centro de Educação Infantil Indígena (CEII), cujo objetivo é aprofundar as discussões decolonial-intercultural. De modo teórico-metodológico, a pesquisa inicia-se pela aplicação do Cineclube no CEII e, a partir dela, fomenta a realização de pesquisa crítica, com análises multimodais descritas e confrontadas. Os resultados evidenciam a necessidade da parceria entre nativos e pesquisadores em um viés de criticidade para a consolidação de ações significativas nas escolas da região.

Para além dos componentes curriculares regulares como objetos direcionadores de pesquisas científicas, essas três produções podem ser munidas de uma visão contra hegemônica que valoriza a etnicidade decolonial e intercultural. Algo que se correlaciona com as orientações do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 1998), que visam a organização dos povos dos conteúdos disciplinares de modo dialógico, reflexivo e transversal, emergindo nas possibilidades e nos desafios da interação homem-natureza, no contexto histórico-cultural para a superação de problemáticas sociais e na valorização da língua como expressão universal humana.

Com o objetivo de realizar um apanhado geral das discussões apresentadas, a pesquisa de Silva (2022), intitulada *O silêncio das línguas cansadas: as diásporas do saber e o reexistir da educação Escolar Indígena*, propôs analisar os impactos do colonialismo e a implicação da colonialidade no apagamento do saber e no processo de implementação de políticas públicas para a Educação Escolar Indígena após a aprovação da Constituição Federal de 1988, apoiando-se em debates a respeito da modernidade-decolonialidade e da resistência literária indígena, com o uso do procedimento bibliográfico-investigativo e de entrevistas semiestruturadas com professores e discentes indígenas do Estado do Paraná através do método de História Oral

Temática. Com isso, foi possível identificar, na organização do saber, uma relação intrínseca com o poder colonial, sendo o ambiente natural indígena um local propício para reverter esse conflito por meio de uma produção teórico-crítica de ensino transgressora.

O último trabalho analisado agrega inúmeros aspectos investigados ao longo deste artigo, como a relação vivenciada pelos sujeitos originários, seus itinerários, relações territoriais e a influência das estruturas sociais dominantes na manutenção do movimento educacional indígena brasileiro, além de aspectos como a história e a cosmologia nativa, elementos que estão interligados, pois como afirma Munduruku (2019), a educação para os indígenas não dissocia afazeres e aprendizados da magia da sua existência, isto é, a vivência indígena é um processo sistêmico e simbólico.

O pensamento decolonizado e intercultural funciona como uma estratégia de vivência holística e compreensão global. Visto isso, o contexto educacional nativo torna-se o principal agente de transformações e representatividade capaz de romper com os sistemas eurocêntricos predominantes na perspectiva social, política, histórica e educativa do Brasil.

5 Considerações finais

A própria origem da atuação educacional brasileira é colonizadora. Isso nos permite refletir sobre a necessidade da aplicação progressiva e da prática decolonial nos ambientes de escolarização, ancorados pela formação crítica e pelas discussões étnicas e de resgate cultural.

Nesse aspecto, o presente artigo buscou explorar a coexistência de pautas interculturais e decoloniais na escola indígena, investigando como surgem e são debatidas academicamente na literatura, analisando a legislação brasileira e o asseguramento das suas necessidades a partir de uma análise munida pela Revisão Integrativa (RI), que classifica e compreende as temáticas publicadas e aprofundadas por pesquisadores.

Essa temática orienta-se por uma narrativa epistemológica necessária, pois parte de uma compreensão holística da decolonialidade-interculturalidade. A variedade de métodos e de procedimentos utilizados nas pesquisas proporcionam uma dimensão teórica, metodológica e prática necessária para se compreender a educação indígena em diferentes ambientes para além da instituição escolar.

Por fim, a partir da coleta realizada, compreende-se a necessidade de se ampliar a produção acadêmica brasileira sobre a educação escolar decolonial-intercultural. Portanto, é evidente que, quando o processo educacional invisibiliza o saber indígena, ele funciona também como um projeto de apagamento que se perpetua desde os primeiros anos escolares e estende-

se até o acesso de nível superior, prejudicando a manutenção da autodeterminância de sujeitos subjugados enquanto indivíduos de escolhas, visões e participativos socialmente.

Referências

ALBÓ, X. **Cultura, interculturalidade e inculturação**. Tradução de Yvonne Mantoanelli. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Plano nacional de educação escolar indígena (PNEEI)**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/planejamento>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015>

CANDAU, V. M. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 14 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949>

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

ERCOLE; F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 09-11, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/50174>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FLEURI, R. M. Desafios à educação intercultural no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v.2, n.0, p.1-14, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1490>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FLEURI, R. M. Aprender com os povos indígenas. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 277-294, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4995>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Quem são**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 20 maio 2024.

GROSFOGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: COSTA-BERNADINO, J. *et.al.* (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p.62-88.

GRUPIONI, L. D. B. *et al.* Legislação escolar indígena. *In*: MARFAN, M. A. (org.). **Congresso Brasileiro de Formação de Professores: Educação Indígena**. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol4c.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2024.

JESUS, Y. L. **Potencialidades e desafios ao ensino de ciências em uma escola indígena kurâ-bakairi a partir da pesca com o timbó**: perspectiva intercultural e decolonial. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11412>. Acesso em: 25 de maio 2024.

LUCIANO, G. **Educação escolar indígena no século XXI**: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

LUCIANO, G. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.

MEDEIROS, J. S. História da educação escolar indígena no Brasil: alguns apontamentos. *In*: XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA–ANPUH RS: DEMOCRACIA, LIBERDADES E UTOPIAS, 14., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANPUH, 2018. p. 1-9. Disponível em: https://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1534418335_ARQUIVO_TextoAnpuhRS-JulianaMedeiros_.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

MESGRAVIS, L. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. *In*: FREITAS, M. C. (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 39-56.

MIGNOLO, W. Colonialidade – O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, vol. 32, n. 94, p.01-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNDURUKU, D. Educação Indígena: do corpo, da mente e do espírito. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n. 1, p. 21-29, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235209185.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NAZARENO, E. *et.al.* Interculturalidade Crítica, Transdisciplinaridade e Decolonialidade na Formação de Professores Indígenas do Povo Berô Biawa Mahadu/Javaé: Análise de Práticas Pedagógicas Contextualizadas em um Curso de Educação Intercultural Indígena. **Fronteiras: Journal of Social Technological and Environmental Science**. v.8, n.3, p.490-508, 2019.

Disponível em:

<https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2814>. Acesso em: 16 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2019v8i3.p490-508>

OLIVEIRA, J. E. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, 2012. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/31745>. Acesso em: 15 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.31745>

OLIVEIRA, M. A. M. **Nhande reko mbo'e**: busca de diálogos entre diferentes sistemas de conhecimentos no contexto das práticas de professores de matemática Guarani e Kaiowá. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02102020-143153/pt-br.php>. Acesso em: 25 de maio 2024.

PELLEGRINI, D. P. *et.al.* O Brasil Respeita o Direito dos Povos Indígenas à Educação Superior? Demanda, oferta e ensaios alternativos em São Gabriel da Cachoeira/AM.

Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n.4, p.2-29, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/zK83mnYZK8ZTRFdhQBpHRMx/>. Acesso em: 16 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236118188>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

SILVA, Ismael Pereira. **O silêncio das línguas cansadas**: as diásporas do saber e o reexistir da educação escolar indígena, 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2022.

Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_74a2ab260bf5b8ad052ca3cb80aae31e)

[1_74a2ab260bf5b8ad052ca3cb80aae31e](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_74a2ab260bf5b8ad052ca3cb80aae31e). Acesso em: 25 de maio 2024

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**. v. 05, n. 1, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 15 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/rfdp.v5i1.15002>

Artigo recebido em: 25/06/24 | Artigo aprovado em: 13/10/24 | Artigo publicado em: 26/11/24